

NOTAS SEMIÓTICAS SOBRE O APÓLOGO DE JOTÃO (*JUÍZES* 9.8-15)

SEMIOTIC NOTES ON JOTHAM'S TALE (*JUDGES* 9: 8-15)

Dr. Paulo Sérgio de Proença<sup>1</sup>

**RESUMO**

A Bíblia apresenta rica diversidade de gêneros e temas literários. Este trabalho vai se ocupar de um: trata-se do apólogo de Jotão, que tematiza o poder no que diz respeito a sua instituição e exercício. Para atividade analítica serão seguidos os princípios da semiótica greimasiana. Resultados apontam para a tensão própria de disputa pelo poder, em que uma tradição antimonárquica defende seus pontos de vista, dos quais o apólogo de Jotão é um exemplo.

**Palavras-chave:** Bíblia. *Juízes*. Semiótica. Percurso gerativo de sentido.

**ABSTRACT**

The Bible has a diversity of genres and subjects. This work will present one of them: Jotham's tale, which presents the theme of power, its institution and exercise. For the analytical activity the principles of the greimasian semiotics will be used. Results point to the tension of power struggle, in which an antimonarchical tradition defends its points of view, of which Jotham's apologetic is an example.

**Keywords:** Bible. *Judges*. Semiotics. Generative path of meaning.

---

<sup>1</sup> Professor na UNILAB-Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: pproenca@unilab.edu.br

## Introdução

Os textos bíblicos inquietam, desafiam, apaixonam. Formados por amálgamas de milenares tradições, orais e escritas, continuam a despertar o interesse de leitores.

Este trabalho propõe fazer uma análise semiótica de Juízes 9.8-15, um texto de refinamento literário-argumentativo. Trata-se de um apólogo, que dota árvores de características humanas, em torno de uma questão ainda não resolvida, de forma definitiva e consensual, ainda hoje: a constituição e o exercício do poder.

O olhar analítico se dará com apoio da teoria semiótica greimasiana, particularmente do percurso gerativo de sentido, que se ocupa das relações fundamentais, constituidoras da semiotização do mundo, das relações narrativas entre sujeitos e objetos-valor e do revestimento discursivo dessas categorias em características linguísticas de tempo, espaço e pessoa. Esses três níveis (fundamental, narrativo e discursivo) serão considerados na tentativa de exposição dos principais efeitos de sentido que o apólogo de Jotão produz, em moldura histórica que não esconde as tensões próprias de disputa pelo poder – ou desinteresse em exercê-lo, para o bem de todos.

O apólogo é reproduzido a seguir<sup>2</sup>:

8 Aí Jotão disse:

— Uma vez as árvores resolveram procurar um rei para elas. Então disseram à oliveira: “Seja o nosso rei.”

9 E a oliveira respondeu: “Para governar vocês, eu teria de parar de dar o meu azeite, usado para honrar os deuses e os seres humanos.”

10 — Aí as árvores pediram à figueira: “Venha ser o nosso rei.”

11 Mas a figueira respondeu: “Para governar vocês, eu teria de parar de dar os meus figos tão doces.”

12 — Então as árvores disseram à parreira: “Venha ser o nosso rei.”

13 Mas a parreira respondeu: “Para governar vocês, eu teria de parar de dar o meu vinho, que alegra os deuses e os seres humanos.”

---

<sup>2</sup> Transcreveremos os trechos bíblicos na tradução da *Bíblia na Linguagem de Hoje*, da Sociedade Bíblica do Brasil.

14 — Aí todas as árvores pediram ao espinheiro: “Venha ser o nosso rei”.

15 E o espinheiro respondeu: “Se vocês querem mesmo me fazer o seu rei, venham e fiquem debaixo da minha sombra. Se vocês não fizerem isso, sairá fogo do espinheiro e queimará os cedros do Líbano.

### **Breves considerações teóricas**

O percurso gerativo de sentido indica uma sequência canônica que ordena as relações entre os sujeitos e também dos sujeitos com os objetos. É um construto teórico que propõe princípios de constituição do sentido, formado por três níveis: o fundamental, mais abstrato, fornece os valores básicos que motivam as ações; o narrativo ordena as relações entre sujeitos entre si e dos sujeitos com os objetos; e o discursivo, o menos abstrato, que fornece aos outros níveis as categorias linguísticas de tempo, espaço e pessoa, dotando-os de um revestimento discursivo (FIORIN, 1989).

Esse percurso foi objeto de crítica e reformulações ao longo dos últimos anos, mas interessa aqui a noção de sequência canônica do nível narrativo, inspirada nos estudos sobre contos populares feitos por Propp e incorporada à teoria narrativa greimasiana (PROENÇA, 2011). A sequência canônica se configura numa disposição necessária das etapas, que é a seguinte: manipulação-competência-performance-sanção. Nessa cadeia, cada etapa virtualiza a seguinte e não pode existir sem a anterior. Eventualmente, uma ou outra etapa pode não estar incorporada à narração, mas, por ser necessária às etapas seguintes, é pressuposta: se há sanção, por exemplo, é porque houve performance. Isso vale para as demais etapas do percurso.

Para Greimas e Courtés (1983, p. 63), a competência não é um saber-fazer autônomo. Há uma subordinação modal, assim explicada por Barros “A competência é sempre um programa de uso em relação ao programa da performance e se caracteriza como uma organização hierárquica de modalidades: o querer-fazer e/ou o dever-fazer regem o poder-fazer e/ou o saber-fazer” (2002, p. 33):. Em outras palavras, a competência que um sujeito qualquer tem para realizar uma ação não significa, necessariamente, a

realização dessa ação, pois há a necessidade de investimento modal, sendo que nem isso é garantia da realização da ação. Greimas e Courtés a partir dessa relação, acrescentam as seguintes informações sobre performance: “[...] é sobremodalizada, de um lado, pelo tipo de competência de que se acha dotado o sujeito performador, e, de outro, pelo crivo modal do dever-ser [...]” (1983, p. 329). Sem a competência requerida não se cumpre nenhuma performance, mas a existência da competência, *per se*, não é garantia da realização dela, pois há a interveniência da modalização. Saber matar não torna ninguém assassino, por exemplo. O último elo na ordem dessa cadeia narrativa é a sanção, que se realiza conforme os dispositivos contratuais.

O apólogo de Juízes 9.8-15 apresenta um conjunto de sujeitos (as árvores) que têm competência para serem reis, mas não querem isso (elas não realizam a performance e, em consequência, não pode haver a respectiva sanção). Ao contrário, o espinheiro, que não tem competência, quer ser rei – e acaba se impondo. Nesse caso, a performance é pressuposta e a sanção (da enunciação) é negativa, como se verá. Apesar de antigo, esse texto apresenta sugestivas analogias com nossos dilemas políticos.

### **Nível narrativo**

O convívio social pressupõe a interação dos homens entre si e dos homens com a natureza. Esse convívio é presidido por acordos tácitos ou explícitos, codificados ou não, previamente pactuados. Assim, qualquer atitude (o fazer-fazer) será motivada por um cumprimento – ou não – de determinado acordo ou contrato. Essa relação entre sujeitos e objetos-valor está contemplada no nível narrativo, que prevê a sequência canônica manipulação-competência-performance-sanção.

### **Manipulação**

A manipulação se configura na ação persuasiva de um sujeito sobre outro, a fim de que se realize algo, sempre de acordo com as intenções do proponente,

classificado como destinador ou manipulador. O destinatário exerce um fazer interpretativo e age conforme o acordo proposto, caso o aceite.

No texto de Juízes 9.8-14, as árvores, como um conjunto, exercem a função de manipulação: propõem um contrato a algumas árvores em particular (oliveira, figueira, parreira e espinheiro) pelo qual seria constituído um rei.

O que significa um rei e um reino? Pelo menos, duas coisas: 1) certa organização política, social e econômica; 2) essa ordenação só é possível a partir do exercício do poder. Com efeito, não se pode pensar em rei sem poder absoluto (não estamos pensando nos modernos modelos de monarquia republicana ou parlamentar).

O processo de manipulação utilizado é o de tentação, no qual é oferecido um objeto-valor ao destinatário (no caso, o reino). Há presença também da sedução, na tentativa de manipulação sobre a oliveira, figueira e a parreira, pois há a projeção de valores positivos sobre elas (BARROS, 1990; FIORIN, 1989). A ordem em que é feita a tentativa de manipulação é importante, pois presume-se que, no caso do conjunto das três árvores, estão aptas ao exercício de reinar porque têm competência (de acordo com os valores implícitos no contrato proposto) isto é, produzem bons frutos.

Contudo, essas três árvores não se deixam manipular, não aceitam o contrato proposto. Isso só é possível quando o sujeito manipulado não participa ou não quer participar do sistema de valores do sujeito manipulador. É o caso presente. A oliveira, a figueira e a parreira preferem continuar cumprindo o contrato anterior a que estavam vinculadas (com o mesmo sujeito-manipulador: o conjunto das árvores), segundo o qual deveriam elas produzir frutos. No cumprimento desse contrato está investido o valor para elas. Neste ponto, é interessante notar que se instala uma oposição entre o antigo e o novo contrato, oposição essa que pode ser entendida como prestação de serviço e exercício de poder. Para as árvores que não se deixam manipular, a prestação de serviços (produção de frutos) promove o bem-estar e isso é mais importante do que reinar.

O espinheiro se deixa manipular. De fato, ele “se deixa” manipular, não é manipulado, porque, ao aceitar o contrato proposto, impõe certas condições que

caracterizam sua atitude como uma contramanipulação. De manipulado, passa a manipulador do sujeito “as árvores”. Esse é um hábil recurso: como o cumprimento do contrato é do interesse do manipulador (o conjunto das árvores), ele acaba sendo cumprido nas condições interessantes para o manipulado. Essa contramanipulação se realiza por intimidação, com ameaças: “[...] se vocês não fizerem isso, sairá fogo do espinheiro [...]” (*Juízes* 9.15).

A interpretação do acordo é feita de maneira diferente pelo espinheiro. As outras árvores o fizeram dentro da esfera da prestação de serviço para o bem-estar, o espinheiro interpreta o reino como exercício intimidador de poder.

### **Competência**

Nesta fase do nível narrativo, o sujeito manipulador procura persuadir o sujeito manipulado a “querer-fazer” algo (no caso o exercício de reinar). É pressuposto que, no caso da oliveira, da figueira e da parreira, elas são dotadas de um “saber-fazer” e de um “poder-fazer”. As árvores não são dotadas do investimento modal “querer-fazer” (querer reinar). O mesmo não se pode dizer do espinheiro, embora deva se admitir que a ele se associa um “poder-fazer”, tanto que deixou-se manipular.

### **Performance**

A performance é a fase na qual ocorre a mudança de estado ou transformação principal. É a atualização da competência. Ela só ocorre quando um sujeito se deixa manipular, como é o caso presente. As árvores que não tinham rei passam a tê-lo: essa é a principal transformação.

### **Sanção**

A sanção é o crivo pelo qual se verifica a realização ou não da performance. Embora não fique bem explícito no texto, pode-se admitir que o espinheiro tenha recebido sanção negativa das outras árvores, devido ao fato de não participarem do mesmo sistema de valores. Fica claro, porém, que o espinheiro recebe sanção negativa da enunciação (enunciada), o que se

comprova mais facilmente pela análise dos percursos temático figurativo e também a partir do conjunto da peça.

### **Nível discursivo**

O nível discursivo apresenta os mecanismos de projeção no enunciado de pessoa, tempo e espaço.

### **Sintaxe discursiva**

O apólogo é excerto de uma seção narrativa. É um discurso direto, pois a palavra é concedida pelo narrador ao personagem Jotão. Constitui-se, pois, numa debreagem enunciativa interna de segundo grau, na qual o discurso se desenvolve em terceira pessoa. Jotão, por sua vez, empresta a palavra às árvores, operando uma debreagem de terceiro grau, enunciativa, interna, em que há projeções do “eu”, com ressalvas à fala do espinheiro.

A debreagem enunciativa do discurso de Jotão aponta para os seguintes elementos:

- actantes: as árvores, metaforização de “homens”;
- espacialização: não referência explícita a um lugar determinado; trata-se de um “lá” indefinido que pode, muito bem, se associar a qualquer lugar em que estejam presentes as características apontadas pelo texto. O lá é um “não-aqui” que deve ser associado e entendido a partir do aqui;
- temporalização: o apólogo começa assim: “uma vez [...]”. A referência ao tempo do “então” é uma extensão do processo iniciado com o mecanismo da espacialização e com a caracterização dos atores; é um momento atemporal, o “não-agora” que, também, passa pelo inevitável crivo do imediato.

Na fala do espinheiro há uma embreagem, processo que anula a oposição entre a primeira e a terceira pessoas: “[...] sairá fogo do espinheiro [...]”. O

espinheiro se refere a ele mesmo em terceira pessoa. O efeito desse recurso é transferir a responsabilidade da destruição, essa mudança de referência de pessoa provoca (talvez inconscientemente) uma sutil transferência de responsabilidade pela não oposição entre “eu” (espinheiro) e “tu” (as árvores).

A combinação de todos esses elementos produz a sensação de objetividade, imparcialidade e universalidade.

## 2.2 Semântica discursiva

Neste item ocorre a concretização de elementos abstratos verificado no nível narrativo-sintático (reino, prestação de serviços, etc), o que é realizado por meio da tematização e da figurativização.

O nosso texto é figurativo, o que é predominante em manifestações literárias. Isso quer dizer que seus elementos principais apontam para algo existente no mundo natural: árvores, figos, oliveira, cedro, sombra etc. O texto não é exclusivamente, mas predominantemente figurativo. As figuras que o compõem cobrem um plano temático.

O elemento *árvore* tem grande força expressiva neste texto e é decisivo para os objetivos do enunciador. Ela é essencial para um povo que vive em região desértica. E, dentre as árvores, a oliveira, a parreira e a figueira ocupam destacado papel, também sob o ponto de vista econômico:

[...] cereais, vinho e azeite de oliveira eram três produtos básicos... A vinha fornecia frutos frescos, uvas secas ou passas de uvas. O vinho, em suas diversas formas, era a bebida comum da antiga Palestina... O terceiro produto alimentar básico era o azeite de oliveira, que era usado tanto como alimento como para servir como óleo de cozinha. Misturado com o trigo, o azeite entrava na convecção de pães e bolos, os quais também podiam ser cozinhados no azeite [...]" (DOUGLAS, 1979, p. 58-59).

Os figos, por sua vez, além de frutas frescas e saborosas, eram excelente alimento (de figos secos se faziam bolos), pastas de figo eram utilizadas como remédio para cura de úlceras.

As relações que essas árvores têm entre si e com o espinheiro é importante para se descobrir o papel que exercem no texto. O fato principal a ser

levado em conta é o tipo de frutos que produzem e os seus efeitos para os homens, conforme o quadro abaixo:

**Percurso Figurativo (Quadro comparativo entre “as árvores” e o espinheiro)**

Árvore	Fruto	Efeito	Percurso Figurativo (isotopias)
Oliveira	Azeite	Honra a deuses e homens	<ul style="list-style-type: none"> <li>• maciez, suavidade;</li> <li>• sabor (frutas), líquido (importante para quem vive no deserto),</li> <li>• carga afetiva (a doçura do figo);</li> <li>• harmonia social: a honra e a alegria a homens e deuses sugerem harmonia e equilíbrio sociais (ausência de mando e presença de frutos);</li> <li>• interação harmoniosa homem-natureza</li> </ul>
Figueira	Figos	Doçura	
Parreira	Uva/Vinho	Alegria para deuses e homens	
Espinheiro	Espinhas	Fogo e destruição	<ul style="list-style-type: none"> <li>• associação à esterilidade;</li> <li>• empregado como combustível em fogueiras</li> <li>• ligado ao sofrimento. O espinho fere, é inóspito, pontiagudo e seu poder de destruição é grande.</li> </ul>

É interessante notar que o vinho e o azeite não são produtos diretos das respectivas árvores, são consequência de um processo de industrialização, ainda que rudimentar. O que importa, entretanto, é que não seriam possíveis se não houvesse os frutos.

Com relação a funções e efeitos dos frutos das árvores há, conforme apontado acima, no caso das três primeiras, um percurso figurativo que aponta para o seguinte: maciez, suavidade, líquido (a água também é importante para quem vive no deserto); paladar gustativo positivo; a honra e a alegria a homens e deuses sugerem, também, uma implicação de natureza social; a doçura do figo pode apontar uma carga afetiva. Esses são elementos naturais que sugerem uma certa interação harmoniosa ser humano-natureza.

O espinheiro não participa desse percurso figurativo. Não produz frutos nem deixa as árvores frutificarem, está associado à esterilidade. Era comum ser empregado como combustível em fogueiras e estava associado ao sofrimento. O espinho fere, é inóspito, pontiagudo. Seu poder de destruição é grande. A expressão “queimará os cedros do Líbano” funciona como elemento hiperbolizante dessa capacidade destrutiva, pois o cedro é uma árvore que, além de proporcionar madeira nobre, atinge, imponente, alturas enormes.

Por tudo isso, o espinheiro provoca uma ruptura do outro percurso figurativo. Funciona como um desencadeador de isotopias. Há uma clara oposição entre o percurso figurativo do espinheiro e o das outras árvores. O percurso do espinheiro é negativo, provocado intencionalmente pela enunciação. Daí o fato de concluirmos que, por isso, o espinheiro recebe sanção negativa da enunciação. Poder-se-ia acrescentar que o fogo, aliado à destruição, lembra as modernas máquinas de morte das armas. Quantas árvores nobres já foram destruídas pelo fogo devorador de canhões de muitos espinheiros!

### **Nível fundamental**

Esse nível aponta a oposição de valores básicos verificáveis no texto.

Ausência de rei e constituição de rei é a oposição principal, de que poderíamos dizer: organização e desorganização.

A situação inicial apresenta a desorganização; em seguida, com a proposição do contrato, essa situação é negada; por fim, é afirmada a sua categoria opositiva: o reino.

Decorrentes dessa principal há, ainda, a oposição entre a produção de frutos (prestação de serviços) e o exercício de poder, a afirmação de um é a negação de outro. Quanto ao exercício de poder em si, também há presença de pares opositivos: aquele que promove o bem-estar e aquele que é exercido ditatorialmente.

O investimento eufórico ocorre sobre ausência de poder, produção de frutos e exercício de poder com promoção do bem-estar. Por consequência, o exercício arbitrário e a improdutividade são valorizados disforicamente.

### **Veridicção**

Todos os atores aparentam ser aquilo que de fato são. Com relação a esta categoria semiótica, o espinheiro apresenta algumas dificuldades. Pode-se admitir que ele é verdadeiro (enquanto categoria semiótica e efeito da enunciação). No entanto, a expressão “debaixo da minha sombra” pode oferecer indícios de mentira, de embuste. Pode significar apenas uma metáfora de proteção, mas pode também sugerir que o exercício despótico do poder é sustentado, no caso, por uma mentira: espinheiro não tem sombra. Mentira que, com a força da intimidação, é aceita como verdade. O espinheiro não tem sombra, mas exerce persuasão pela ameaça e passa a ser aceito como se a tivesse, o que caracteriza uma mentira.

## **4. Contextualização**

O livro dos *Juízes* faz parte do Antigo Testamento. Seu conteúdo principal é composto por narrativas dos feitos de alguns líderes que se destacaram numa época em que o povo hebreu formava uma espécie de confederação tribal, sem qualquer tipo de poder centralizador.

Essa liga tribal, apesar de não ter poder centralizado, possuía mecanismos de autodefesa. Diante de ameaças – principalmente militares – surgia um líder (juiz) que, arregimentando seguidores, anulava o perigo comum. Esse mecanismo de defesa era acionado por um sentimento de solidariedade, o

que dava identidade e promovia a união necessária (sempre diante de um perigo iminente) à manutenção da confederação tribal (BRIGHT, 1980).

O juiz, por sua vez, tinha que dar evidências de que era o homem escolhido por Deus: se vencesse as batalhas contra os inimigos, era dotado do Espírito de Deus. Essa era a marca que o credenciava a assumir os encargos de juiz. Como pode se perceber, a religião presidia esse mecanismo de defesa e solidariedade (ALLMEN, 1979), sem necessidade de mediação de uma pessoa ou instância investida centralizar o poder.

Com o passar do tempo houve influências de povos vizinhos que tinham já experimentado formas mais evoluídas de organização social como a monarquia.

Esse regime viria, mas não sem tensões. Ele representava uma ameaça para a religião, segundo a qual o rei era Deus. Grupos favoráveis à monarquia enfrentaram oposição de expressivos segmentos do povo. E o apólogo de Jotão nasceu, possivelmente, dos grupos contrários à novidade política, que acabou sendo adotada, por motivos históricos cuja abordagem foge aos objetivos deste trabalho. Para reforço à resistência que a monarquia provocou há outros textos bíblicos, segue transcrição de um pequeno trecho (1Samuel 8. 10-19), em que o profeta Samuel aponta, sem rodeios, negativamente avaliadas, as consequências provocadas pela centralização do poder:

10 Então Samuel explicou ao povo tudo o que o SENHOR lhe tinha dito.

11 Ele disse:

— O rei os tratará assim: tomará os filhos de vocês para serem soldados; porá alguns para servirem nos seus carros de guerra, outros na cavalaria e outros para correrem adiante dos carros. 12 Colocará alguns deles como oficiais encarregados de mil soldados, e outros encarregados de cinquenta. Os seus filhos terão de cultivar as terras dele, fazer as suas colheitas e fabricar as suas armas e equipamentos para os seus carros de guerra. 13 As filhas de vocês terão de preparar os perfumes do rei e trabalhar como suas cozinheiras e padeiras. 14 Ele tomará de vocês os melhores campos, plantações de uvas, bosques de oliveiras e dará tudo aos seus funcionários. 15 Ficará com a décima parte dos cereais e das uvas, para dar aos funcionários da corte e aos outros funcionários. 16 Tomará também os empregados de vocês, o melhor gado e os melhores jumentos,

para trabalharem para ele. 17 E ficará com a décima parte dos rebanhos de vocês. E vocês serão seus escravos.

18 Quando isso acontecer, vocês chorarão amargamente por causa do rei que escolheram, porém, o SENHOR Deus não ouvirá as suas queixas.

19 Mas o povo não se importou com o aviso de Samuel. Pelo contrário, eles disseram:

— Não adianta. Nós queremos um rei.

O modelo das nações vizinhas haveria de prevalecer. Ainda que com grande resistência, a monarquia se implantaria e, com ela, Israel conheceria o seu apogeu no mundo antigo, ainda que com seus nocivos efeitos apontados nos textos acima citados.

### **Conclusão**

Analisado fora do contexto, o texto poderia ser entendido como uma crítica às árvores “boas” que, detendo um “saber-fazer”, recusaram a oportunidade de reinar, com o que o espinheiro tem oportunidade e aceita o ofício.

Feita a contextualização, porém, tudo se esclarece. A tematização subjacente ao equilíbrio do percurso figurativo aponta para a organização social sob um rei (monarquia), a escolha do rei e o exercício do poder.

Tudo seria melhor se não houvesse rei. Já que “as árvores” o querem (o rei é objeto da cobiça), é preciso saber escolhe-lo e ter consciência de consequências eventuais indesejáveis. E o exercício dele não pode, nunca, ser ditatorial, pelo contrário, deve promover o bem-estar de todos com a oferta de frutos que honrem homens e deuses, alegria, sabor.

A universalização, resultado da aplicação do processo de debreagem-embreagem, torna o texto válido para qualquer tempo ou lugar. Com certeza, para a história recente do Brasil.

### **Referências**

A BÍBLIA NA LINGUAGEM DE HOJE. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988

ALLMEN, J. J. *Vocabulário bíblico*. São Paulo: ASTE, 1979.

BARROS, Diana L. P. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Paulinas, 1980.

DOUGLAS, J. D. (org.). *O novo dicionário da Bíblia*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1979.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1989.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

GREIMAS, Algirdas Julius. & COURTÉS, Josphe. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1983.

PROENÇA, Paulo Sérgio, A construção da competência para a infidelidade em “Dom Casmurro”. *Estudos Semióticos*. Volume 7, Número 1, São Paulo, junho de 2011, p. 106–113. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>. Acesso em: 21 out. 2017.